

# Democracia, delegação e a independência dos Bancos Centrais



» BENITO SALOMÃO  
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IIEI-UFG)

**A** Constituição brasileira, já no seu artigo 1º, diz “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou direta mente”. Em sentido literal, a sentença diz que o poder emana do povo, mas não é exercido por este. O exercício do poder em democracias constitucionais se dá por vias da delegação, a partir de um modelo de representação política. Ou seja, o exercício do poder deve ser legitimado pelo voto, que é o instrumento legal da delegação da autoridade.

Ocorre, no entanto, que, nas democracias modernas, permeadas de complexidade, o poder continua emanando do povo, mas não é exercido exclusivamente por representantes eleitos. Isso porque uma parte expressiva do exercício do poder se dá a partir da tecnocracia. Isto é, representantes eleitos delegam tarefas e funções para atores não eleitos com competência técnica suficiente para aquele exercício. Em resumo, o exercício das democracias é o de compartilhamento, delegação e alternância de poder.

Deve-se destacar que, nesses regimes, políticos eleitos exercem mandatos e estão sujeitos a uma rápida substituição, enquanto a tecnocracia é relativamente estável. Tal estabilidade da tecnocracia é condição *sine qua non* para que o Estado seja funcional. Ou seja, muitas decisões administrativas não podem ser revistas, ou alteradas, a cada vez que

mandatos de representantes eleitos expiram; com isso, parte relevante das decisões foram sendo delegadas aos tecnomocratas.

Evidentemente que tais delegações de decisões à tecnocracia se deram à custa do esvaziamento das competências dos políticos eleitos. O que gera implicitamente o incentivo a um conflito entre a tecnocracia e a política, cada qual tentando ampliar seu campo de influência. Esse conflito pode se expressar nos embates entre Judiciário contra Executivo e Legislativo, ou ainda entre políticos e representantes de órgãos com relativa autonomia dentro do próprio Executivo. Por exemplo, as universidades, as agências regulatórias e o Banco Central (BC) desfrutam de relativa autonomia.

Na condição de economista, proponho o foco sobre a autonomia do BC. No Brasil, após o Plano Real, o BC desfrutou de diferentes graus de autonomia tácita. Ou seja, diferentes governos delegavam informalmente diferentes níveis de autonomia para a autarquia. Até que, em 2021, essa autonomia ganhou contornos legais, de forma que a diretoria do banco ganhou mandatos que deveriam ser cumpridos por razões político-eleitorais. Há ampla literatura empírica avaliando os efeitos da autonomia do BC em seus diferentes níveis, e a evidência concorda em grande medida que tal autonomia está associada a inflação e juros menores, sem grandes prejuízos para o nível de empregos.

Questões normativas à parte, o fato é que a independência do BC no Brasil e em boa parte dos países ocidentais esvaziou a influência que políticos eleitos exerciam sobre a política monetária e a supervisão bancária. Em boa parte do mundo (e desde 2021 também no Brasil), assuntos monetários e de crédito passaram a ser pautas exclusivas da tecnocracia. A questão é: por que houve esse movimento de países no sentido de delegar decisões sobre moeda e crédito para tecnomocratas?

Para responder a essa questão, é preciso retornar ao *Democracy in deficit: the political legacy of lord keynes*, de James Buchanan e Richard Wagner. Os autores desenvolvem o argumento de que a Revolução Keynesiana dos anos 1930/40 criou as bases intelectuais para instrumentalizar políticos submetidos ao incentivo das eleições. Se as políticas monetária e fiscal têm a capacidade de influenciar o emprego, os políticos que tomam decisões sobre elas podem utilizá-las de forma oportunista, visando ampliar suas chances de vitória em uma eleição.

Ou seja, diante da aproximação das eleições, políticos incumbentes podem manipular tais políticas a fim de estimular o emprego no curto prazo; com isso, ampliam suas chances de vitória. Desequilíbrios desse padrão de política econômica, como inflação e déficits externos, seriam sentidos na população a posteriori. Durante décadas, o mundo — e, de forma mais grave, o Brasil — lidou com problemas inflacionários oriundos do mau uso da política monetária.

A aprovação legal de diferentes graus de autonomia dos BCs foi exatamente uma vacina contra o incentivo da interferência em assuntos monetários por razões político-eleitorais. Há ampla literatura empírica avaliando os efeitos da autonomia do BC em seus diferentes níveis, e a evidência concorda em grande medida que tal autonomia está associada a inflação e juros menores, sem grandes prejuízos para o nível de empregos.

No embate travado entre políticos e a tecnocracia, pelo menos no tocante à autonomia do BC, a delegação de autoridade para a tecnocracia tem sido legitimada pelos resultados obtidos. Ou seja, a autonomia de Bancos Centrais atrelada a regimes de metas de inflação tem sido capaz de manter inflações estáveis e emprego próximo ao natural.

## A importância do Fundo Nacional de Segurança Pública para a Polícia Científica



» MARCOS SECCO  
Presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC)

**O** Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) é considerado o principal instrumento estruturante da segurança pública no Brasil e responsável por transferências de recursos aos entes federativos, doações, financiamento de operações (inclusive as da Força Nacional de Segurança Pública), gestão contratual e outras atividades de cunho gerencial.

Embora o FNSP exista desde 2001 e tenha passado por relevante inflexão normativa em 2018 — com a adoção das transferências obrigatórias “fundo a fundo” —, analistas destacam que seu potencial institucional começou a se materializar de forma consistente no decorrer da atual gestão.

A condução tem sido técnica, orientada à execução, à previsibilidade, ao planejamento e à coordenação e ao respeito federativo. Foram adotados marcos de governança essenciais para assegurar majoração e racionalização inéditas do uso dos recursos do Fundo por parte dos estados e o Distrito Federal.

Anteriormente, o baixo índice de execução dos recursos transferidos aos estados e ao Distrito Federal — que era de cerca de 40% do total repassado a eles desde 2019 — evidenciava limites estruturais e deu margem à criação de expressões como “recursos empossados pelos estados”.

A adoção de estratégias voltadas à escuta federativa — como a criação da Rede Interfederativa —, à revisão de entraves normativos e à criação de instâncias permanentes de coordenação induziu naturalmente as capacidades administrativas nos entes subnacionais e fortaleceu a cultura de planejamento orçamentário e contratual.

Em 2023, os estados e o DF executaram pouco mais de R\$ 600 milhões dos recursos repassados pelo Fundo; em 2024 o número praticamente dobrou: foi mais de R\$ 1,1 bilhão. E, em 2025, o valor foi ainda maior: R\$ 1,4 bilhão, o maior volume da série histórica.

Houve, também, a reestruturação de toda a gestão do patrimônio doado aos entes federativos na forma de bens e equipamentos — outra frente importante de financiamento feita com recursos do FNSP —, o que possibilitou o saneamento de mais de R\$ 800 milhões em bens doados; havia pendências que datavam dos Jogos Pan-Americanos.

Outro aspecto sensível diz respeito ao modelo de planejamento contratual centralizado. O Fundo Nacional de Segurança Pública é responsável por gerir a maior plataforma de compras públicas em segurança pública do país, o ComprasSUSP, lançada em 2024.

A plataforma opera por meio de mecanismos de compras públicas integradas, apto a permitir ganhos de escala, redução de custos e padronização de maior qualidade, além de liberar capacidades técnicas locais ao substituir licitações individuais por atas nacionais de registro de preços. O êxito do modelo é uma unanimidade entre os gestores públicos e posicionou a União como agente coordenador de licitações capazes de atender, com qualidade e economia, todos os entes subnacionais.

A gestão do FNSP é fundamental para eficiência do gasto público destinado à Polícia Científica e demais instituições de segurança pública, como Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares, possibilitando a concretização de políticas públicas de modernização, avanço tecnológico e combate à criminalidade.

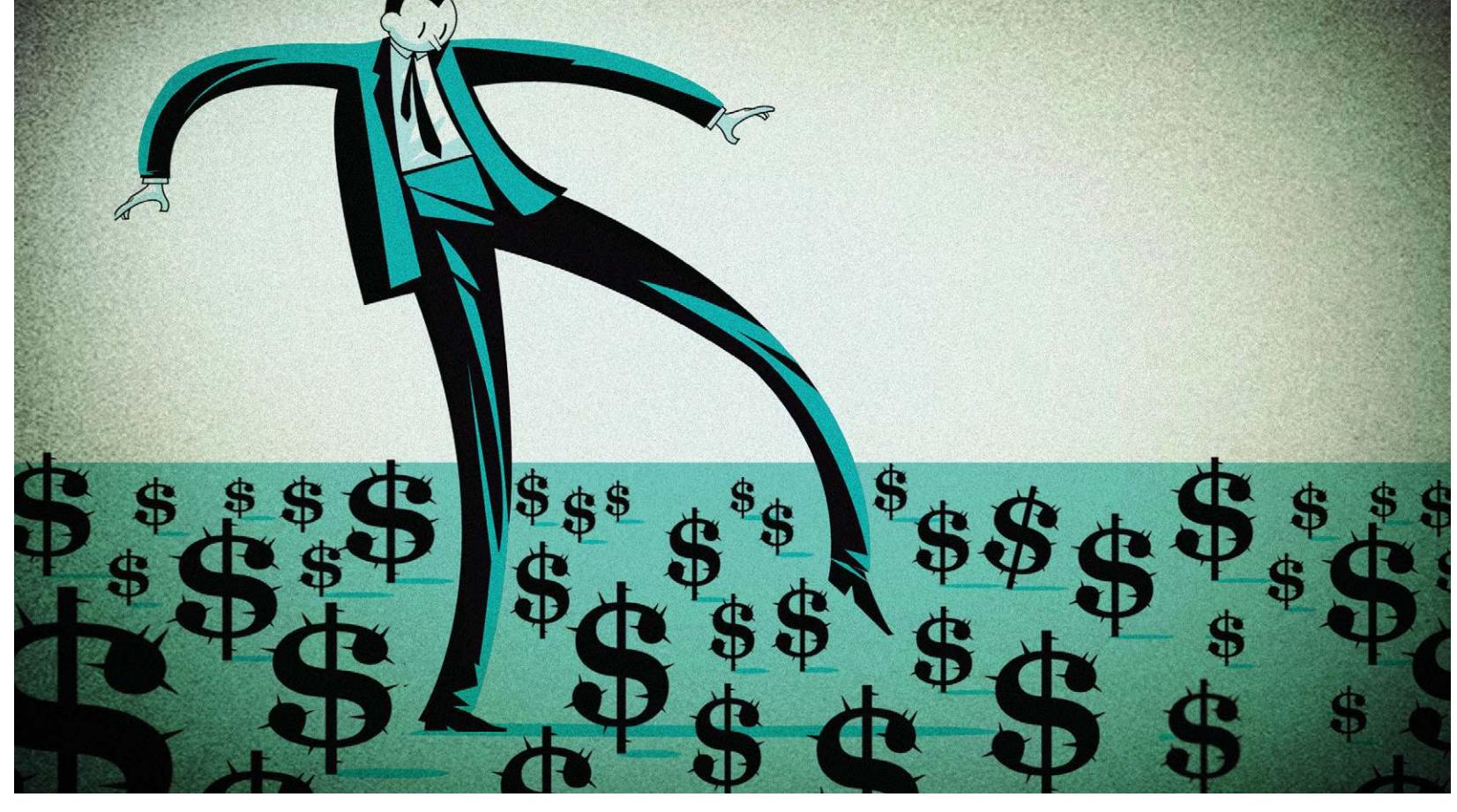
Mais recentemente, o Fundo também foi responsável por coordenar dois projetos inéditos no Brasil: o Projeto Pegasus, que compreende no compartilhamento de malha aérea de segurança pública para atendimento a desastres, e o Projeto Manejo Integrado do Fogo, um dos maiores investimentos feitos em equipagem para combate a incêndios florestais na região do Cerrado e Pantanal.

A Polícia Científica tem avançado com a modernização decorrente das licitações realizadas, com ganho de escala, possibilitando que equipamentos de alta qualidade sejam adquiridos com economicidade. Muitos equipamentos destinados às Polícias Científicas têm sido adquiridos com baixo custo, com reduções de mais de 50% em relação ao valor praticado no mercado. Além disso, é importante ressaltar a economia processual, pois os procedimentos licitatórios são complexos e as instituições de segurança pública, em especial as Polícias Científicas, têm dificuldades de manter equipes administrativas devido ao baixo efetivo.

Por meio de Grupos de Trabalho Integrados, com a participação dos profissionais de segurança pública, incluindo peritos oficiais de natureza criminal de todas as unidades da Federação, tem sido possível direcionar as atividades do FNSP de acordo com as necessidades de cada instituição, aumentando a eficiência da administração pública.

Melhorar ainda mais a gestão do Fundo é um dos desafios do jurista Wellington César Lima e Silva, nomeado, nesta semana, como novo ministro da Justiça e Segurança Pública. Sabemos todos que melhorar a segurança pública é uma demanda de toda a sociedade, mas, para isso, é necessário fortalecer as políticas públicas do setor, contribuindo para aperfeiçoar o trabalho da Polícia Científica.

Maurenilton Freire/CB/D.A. Press



## Brasil Participativo: tecnologia pública feita na UnB a serviço da democracia



» CARLA ROCHA  
Pesquisadora da Universidade de Brasília e coordenadora do LabLivre/UnB

» LOANA VELASCO

Pesquisadora da UnB e coordenadora do Lab Livre/UnB

» RICARDO POPPI

Pesquisador sênior em tecnologias e metodologias participativas do LabLivre/UnB

**O** Brasil atravessa um momento de debates estruturantes sobre o futuro do país. Esses debates são decisões que vão da modernização das regras de trânsito à definição de estratégias nacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas. Temas que ganharam visibilidade e passaram a envolver, de forma mais direta, diferentes setores da sociedade na formulação das políticas públicas. Com a ampliação do debate e a incorporação de novas vozes ao processo decisório, cresce a demanda por mecanismos de participação social mais capilares, transparentes e acessíveis.

É nesse contexto que o Brasil Participativo se consolida como uma das principais ferramentas de escuta social do governo federal. Desenvolvida pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do LabLivre, em parceria com a Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, a plataforma posiciona

a universidade pública como peça-chave na construção da infraestrutura que viabiliza processos decisórios com participação social.

O LabLivre está sediado no campus da UnB Gamma e reúne pesquisadores das áreas de engenharia de software, ciência política, comunicação, ciência de dados e design. O grupo desenvolve tecnologias voltadas ao interesse coletivo, articulando pesquisa aplicada e desenvolvimento de sistemas com atenção a questões centrais da sociedade. Inserido na universidade pública, o laboratório opera em um ambiente que favorece investigações de longo prazo, produção de evidências e inovação orientada pelo rigor metodológico e pela autonomia acadêmica.

Com 47 processos participativos já realizados e mais de 9 milhões de acessos, o Brasil Participativo se configura como uma infraestrutura digital pública, construída com base em princípios de software livre, segurança, transparência e acessibilidade. A plataforma permite à sociedade participar de decisões estratégicas, votar em prioridades e acompanhar resultados.

Desde 2023, o Brasil Participativo tem desempenhado papel central em iniciativas como o Plano Plurianual Participativo, consultas públicas multissetoriais e processos de escuta social em áreas como saúde, educação e clima, incluindo ações relacionadas à preparação da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP25). Por meio da plataforma, cada cidadão e cada cidadão podem contribuir diretamente para a criação, o monitoramento e o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Atualmente, quatro processos participativos estão abertos à contribuição da sociedade. O Plano

Brasil Sem Fome recebe o cadastro de iniciativas que fortalecem a luta contra a fome em todo o país. O Fórum Democrático Pacto RS 25 busca definir diretrizes para um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Sul. Também está aberta a revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, baseada em debates, consultas e diálogos com especialistas e com a população brasileira. Já o Plano Clima, instrumento que orienta a política climática nacional, recebe contribuições diretas aos seus eixos estratégicos.

As múltiplas possibilidades de acompanhar de perto tantas políticas públicas, em um contexto global marcado por desinformação, opacidade algorítmica e disputas pela governança dos dados, mostram que o Brasil opta pelo caminho mais seguro: investir em tecnologia pública desenvolvida por universidades federais. O Brasil Participativo mostra que o Estado pode construir soluções digitais éticas, soberanas e orientadas ao interesse coletivo.

O trabalho do Lab Livre segue em evolução. Os pesquisadores da UnB continuam aprimorando a plataforma, inclusive com o desenvolvimento de frentes voltadas ao uso de inteligência artificial para qualificar ainda mais os processos participativos. O objetivo é consolidar uma infraestrutura capaz de sustentar consultas públicas cada vez mais abrangentes e viabilizar análise dos dados de modo a interpretá-los com eficiência e relevância.

Acreditamos em uma democracia que utiliza a tecnologia e a inteligência artificial para ampliar direitos, e não para restringi-los. O Brasil Participativo nasce da ciência pública, do investimento em pesquisa e da convicção de que o futuro do país deve ser construído com participação ativa.